

## Ata da 4ª reunião do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade

**Data:** 26/10/2023

**Horário:** Início às 9h30min e término às 11h

**Local:** Sala de Reuniões da Presidência

**Objetivo:** Dar seguimento às ações planejadas ao longo do ano.

### **Participantes:**

André Machado Cavalcanti (Coordenador) - 1ª VT de Santa Rita  
Rosivânia Gomes da Cunha (Coordenadora) - VT de Patos (por vídeo)  
Márcia Valério - Segepe  
André Luiz Maia (ACS)  
Cybelle Moraes - GDES  
Kylza Edvânia - Caema  
Tereza Lobo - Coordenadoria de Saúde  
Luíza Leal (Seggest)  
Karina Diniz (Segepe)  
José Rodrigues (2ª VT de JPA) - Convidado

1. Boas vindas – o Juiz André deu as boas-vindas aos presentes e aos servidor José Rodrigues, da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, esclarecendo que a sua presença na reunião decorria de pleito formulado verbalmente, no sentido de que este Comitê acompanhasse um requerimento seu, junto à administração, para que lhe fossem concedidas condições especiais de trabalho em razão do seu diagnóstico como portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo André, o servidor teria encontrado dificuldades na tramitação do procedimento administrativo, pois não lhe teria sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa, tampouco havido transparência na apreciação do seu pleito, na elaboração do laudo técnico e na fundamentação do indeferimento do pedido. Disse André que entendia ser escopo do Comitê acompanhar casos como esses, pois pessoas nessas condições também se enquadrariam no conceito de diversidade, não podendo sofrer prejuízos em suas condições de trabalho em razão de suas individualidades.

A Juíza Rosivânia ressaltou que o Comitê precisa planejar ações voltadas para esse tipo de situação, porque as pessoas sofrem muito preconceito, inclusive dificuldades de auto aceitação.

O servidor José Rodrigues agradeceu o suporte que o Comitê lhe deu durante esse processo, dizendo que, durante a pandemia, teve crises de ansiedade e, durante os atendimentos, conseguiu diagnosticar o TEA. Relatou que foi instado a submeter-se a exames pela junta médica do Tribunal, por iniciativa do grupo de estudos que se debruça sobre essa temática, mas que não teve acesso ao resultado (laudo conclusivo), o que somente teria ocorrido após provocar o Núcleo de Saúde. Acrescentou que não teria sido concedido prazo para recurso, razão porque peticionou pedindo reconsideração da

conclusão e realização de novo exame, sendo que a Junta Médica, desta feita, teria concluído positivamente quanto a sua condição de autista.

Rodrigues explicou que tem dificuldades de processar informações difundidas em ambiente em que muitas pessoas falam ao mesmo tempo, sendo essa uma das características do espectro, circunstância que, muitas vezes, dificulta a realização de algumas tarefas.

Luiza (Seggest) ponderou que existe no Tribunal uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e que esses pontos poderiam ser tratados por eles também, pois seria um ambiente adequado para tratar essas questões, no que foi secundado por André, salientando ser preciso estabelecer um diálogo com a Núcleo de Saúde para pensar em ações conjuntas, fazer um mapeamento das necessidades desse público.

Karina Diniz (Segepe) disse que, com a chegada dos aprendizes, sentiu a necessidade de fazer um letramento a respeito do público PCD, sendo criado o programa Sinta e Abrece, cujo objetivo é fazer com que os colegas pensem em soluções e diálogos sobre as diversas deficiências, acrescentando que esse trabalho, por enquanto, ficou limitado à Presidência por conta da falta de tempo.

André sugeriu que constasse em ata que, em algum momento, o servidor José Rodrigues pudesse trazer demandas de questões de quem experiencia isso no dia a dia, das suas necessidades, entendendo ser esse um dos objetivos do Comitê.

Disse ter ficado sabendo sobre uma ação do “cordão de girassol”, para identificar deficiências invisíveis. É algo concreto, simples de fazer e seria algo que poderia ser requerido à administração. Ou um cordão, ou um crachá.

Simone Xavier (GDG) alertou que é preciso fazer o levantamento de quais são os PCDs do Tribunal e quais querem utilizar esse crachá, respeitando o direito ao anonimato.

Ficou decidido que Márcia Valério daria impulso nesta demanda por meio de um PROAD.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

João Pessoa, 26 de outubro de 2023.

ANDRE MACHADO Assinado de forma digital por ANDRE  
MACHADO CAVALCANTI:104249513  
CAVALCANTI:104249513 Dados: 2024.02.19 19:44:48 -03'00'  
André Machado Cavalcanti  
Coordenador do Comitê